



FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS

**Pós-graduação *Lato Sensu* em
Financiamento e Gestão da Educação
Básica Pública**

Guia do Curso

Turma: 1º/ 2024

Início: 06 de abril de 2024

Sumário

Diferenciais da pós-graduação on-line da FATEC

Conheça o curso de pós-graduação em Financiamento e Gestão da Educação Básica Pública

O que você vai aprender

Disciplinas

Corpo Docente

Como você vai aprender

Estrutura do Curso

Ementa das disciplinas

Contexto histórico sobre o financiamento da educação básica pública no Brasil
Transferências Federais na Educação Básica pública: Salário-Educação, PDDE, PNATE e PNAE

Planejamento Municipal voltado para Resultados

As novas complementações do Fundeb: gestão dos recursos, promoção da equidade e o impacto do ICMS Educacional

Ações de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino: segurança jurídica na aplicação dos recursos vinculados à educação

Nova Lei de Licitações aplicada aos recursos vinculados à educação – Parte I

Nova Lei de Licitações aplicada aos recursos vinculados à educação – Parte II

Fiscalização eficiente de contratos administrativos na Educação

Prestação de contas de políticas públicas de Educação aos órgãos de controle externo

Censo Escolar: Construindo um laboratório estratégico na gestão da educação

Aspectos da LDB sobre gestão administrativa e de pessoas na educação

Conselhos Municipais de Educação: composições e atribuições

Sistema Municipal de Ensino: desafios de planejamento e implementação

Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Educacionais

Metodologia da pesquisa - TCC

Processo seletivo

Investimento

Conquiste prestígio profissional com a pós-graduação em em Financiamento e Gestão da Educação Básica Pública!

Com especialistas de reconhecimento nacional, a FATEC se torna a mais nova fonte de acesso às referências sobre financiamento e gestão da educação básica pública. Com sede em Anápolis, permite o acesso, a troca de experiência e a produção acadêmica com quem realmente conhece as realidades locais e pode contribuir em avanços profissionais.

Acreditamos que um corpo docente qualificado e experiente em políticas públicas de educação pode auxiliar sua jornada, com tecnologia de ponta para facilitar os estudos e didática para que as aulas ao vivo se aproximem ao máximo de uma sala de aula física.

Além disso, o networking com os profissionais reconhecidos na área permitirá a avaliação de novas possibilidades de atuação e práticas que traga bons resultados ao posto de atuação dos alunos.

Faça parte de nossa comunidade! Seja um especialista que faz a diferença, com a mais qualificada formação para políticas públicas de educação!

Matricule-se

Diferenciais da pós-graduação on-line da FATEC

Criada em 15 de julho de 1995, a Faculdade de Filosofia São Miguel Arcanjo, hoje FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS, iniciou suas atividades no ano letivo de 1996 com o curso de Licenciatura Plena em Filosofia. Era um sonho do então Bispo Diocesano, Dom Manoel Pestana Filho, que queria, através do ensino, estender à comunidade local os conhecimentos filosóficos base da cultura ocidental cristã.

A mantenedora da Faculdade é a Fundação São Miguel Arcanjo, CPNJ 00.772.442/0001-56, cujo presidente é o Bispo Diocesano Dom João Wilk, que conta com um Conselho Curador, Administrativo e Fiscal.

A partir de 1997 passou a funcionar em um imóvel situado à rua 5, no. 580, Cidade Jardim, de propriedade da Diocese de Anápolis. Em 2008 adquiriu este imóvel onde hoje está sua sede. Conta, também, com um *campus*, situado à rua Desembargador Vicente Miguel, no Bairro Jundiáí, para cursos de extensão, seqüenciais e pós-graduação.

A diretoria da Faculdade é indicada pelo Presidente da Fundação com aprovação do Conselho executivo e fiscal. O primeiro diretor da Instituição foi o Padre Sávio Fernandes Bezerra e o vice-diretor o Professor Dr. José Jivaldo Lima. Contou, também, com a colaboração do Mestre Pe. José Henrique do Carmo como vice-diretor Administrativo e do Professor Doutor Marcos Cotrim de Barcellos como Vice-diretor Acadêmico.

A partir de 2007 está exercendo a Direção Geral da Faculdade a Professora Mestre Adriana Rocha Vilela Arantes e, a partir de 2008, a Professora Mestre Maria Inácia Lopes está na Vice-Direção Acadêmica. O atual Bispo Diocesano, Dom João Wilk, com o seu empreendedorismo, deu continuidade ao projeto do seu antecessor, ampliando as instalações e abrindo novos cursos.

Hoje, a Católica de Anápolis oferece, além do curso de Licenciatura Plena em Filosofia, os cursos de Bacharelado em Administração e Teologia e os cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e Gestão de Recursos Humanos e Licenciatura em Pedagogia. No nível de pós-graduação oferece cursos em diversas áreas.

Em 2009, 2010 e 2011 foi classificada pelo MEC/IGC como uma das melhores Instituições Privadas de Ensino Superior de Goiás e a primeira de Anápolis.

Cursos de extensão de curta duração e cursos a distância são também outro nicho em que a Católica de Anápolis está atuando.

A Católica de Anápolis tem promovido semanas interdisciplinares, culturais, congressos de iniciação científica com a participação de conferencistas renomados das mais diversas partes do Brasil e da própria região, tratando de temas cujo conteúdo tem sido sobejamente apreciado por todos os participantes.

PRINCÍPIOS

Os princípios que estão presentes em todas suas atividades são a fidelidade à verdade, ao bem e à beleza transcendentais, realizada como um compromisso histórico com o conhecimento, a justiça e a cultura.

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Sempre baseado no tripé da Educação: Ensino, Pesquisa e Extensão, os **objetivos gerais** da Faculdade Católica de Anápolis definem-se em:

- A promoção humana como filosofia de atuação;
- A integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- A educação integral, baseada em padrões de qualidade;
- A integração comunitária, pela participação plena dos componentes de todas as esferas: discentes, administrativas, técnicas;
- As oportunidades permanentes de educação continuada;
- Uma educação integral, baseada em padrões de qualidade;
- Integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos específicos:

- Estimular as atividades criadoras, pela institucionalização do ensino, da pesquisa e da extensão e estender estas atividades à comunidade;
- Desenvolver e difundir a cultura, as artes e as ciências com postura crítica e humana;

- Promover o intercâmbio e a cooperação com outras instituições de educação em âmbito nacional e internacional;
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Anápolis, do Estado de Goiás e do Brasil;
- Atender às necessidades de formação profissional da comunidade, através da oferta de novos cursos em nível superior e em nível técnico.
- Formar cidadãos preparados para a reflexão crítica, produção científica, revisão e reformulação dos conhecimentos já produzidos e para inovações criadoras e tecnológicas;
- Assegurar a liberdade de pensamento e o espírito democrático, dentro de uma visão política pluralista;
- Fazer da promoção humana, o ponto de partida e de chegada para atingir-se na melhoria da qualidade de vida.

Conheça o curso de pós-graduação em Financiamento e Gestão da Educação Básica Pública

JUSTIFICATIVA

Ao longo dos últimos 15 anos tem se assistido a uma vertiginosa expansão do debate em torno do financiamento e a melhor forma de aplicar os recursos públicos na educação básica pública. Instituída a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, o Fundeb aperfeiçoa o modelo de política pública na educação brasileira, realçando a importância sobre a compreensão de temas aparentemente antigos e já bem abordados como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases nacionais da educação).

No que se refere à aplicação de recursos na educação básica, quase 2 milhões de servidores públicos de todo o país estudam e questionam sobre o que a legislação permite fazer, como realizar as despesas com segurança jurídica, zelo na oferta de bons serviços e capacidade de inovar em soluções que afetam diretamente a demandas locais.

A partir da experiência atuando com Prefeituras e atores sociais vinculados à educação básica, elaborando materiais informativos e realizando capacitações em todo o país, orientado e promovendo debates com Tribunais de Contas, Ministério Públicos, Organizações da Sociedade Civil, conselhos sociais, prefeitos, secretários de educação

identificou-se a necessidade de promover uma resposta acadêmica às questões do público que precisa executar mais de R\$ 200 bilhões por ano em políticas públicas de educação no Brasil.

Ainda hoje, a sociedade, os técnicos, os gestores públicos buscam incansavelmente formas de estudar e melhor compreender o financiamento da educação básica pública no Brasil. Academicamente, tem crescido a discussão sobre novos estudos de casos e problematizações pertinentes a diferentes realidades em todo o país. Assim, retende-se nesta proposta consolidar soluções com explicações e metodologia, instrumentos que facilitem a tomada de decisão e execução dos recursos com segurança e eficiência.

Trata-se de uma proposta inédita diante da atual legislação sobre o tema, instrutiva e prática – com foco na didática e no diálogo explicativo - elaborada após acompanhar e capacitar mais de 50 mil pessoas sobre o tema.

O que você vai aprender

2.2.1 Objetivo Geral

Promover a instrumentalização, com métodos e discussões sobre financiamento da educação básica pública no Brasil, para quem trabalha com a educação básica pública e quer agir corretamente, com segurança jurídica, sem medo de prover uma educação de qualidade. Ainda, é uma oportunidade de promover soluções inovadoras para problemas complexos, que precisam considerar questões sociais, culturais e geográficas, para aplicação, controle e fiscalização dos recursos vinculados à educação.

2.2.2 Objetivos específicos

Promover a análise e a tomada de decisão, com base nos conhecimentos construídos a partir das aulas expositivas, o planejamento e o desenvolvimento de soluções, bem como a estruturação de projetos e ações educacionais, como alternativas, conforme o caso.

Ao final do curso, os participantes deverão ser capazes de:

- Tenham condições de elaborar iniciativas educacionais, a partir da compreensão sobre as fontes de financiamento da educação;

- Possam adequar e padronizar os procedimentos internos, considerando a legislação sobre educação e as jurisprudências dos Tribunais de Contas;
- Solucionem suas dúvidas mais frequentes, quanto ao financiamento da educação e a aplicação dos recursos em políticas educacionais.

PERFIL PROFISSIONAL

- Profissionais graduados em nível superior com objetivo de desenvolver organizações públicas
- Profissionais que atuam ou pretendem atuar com projetos na área pública, com necessidade de aprofundamento na Gestão do financiamento educacional básico.
- Prefeitos, secretários de educação, contabilistas, administradores, professores e sociedade em geral.

COMPETÊNCIA E HABILIDADES

Competências:

Conhecimento teórico sobre financiamento da educação;

Formação de pensamento científico, crítico e criativo sobre gestão educacional;

Argumentação que favoreça a discussão sobre políticas educacionais.

Habilidades:

- Elaborar iniciativas educacionais, a partir da compreensão sobre as fontes de financiamento da educação;
- Desenvolver procedimentos internos, considerando a legislação sobre educação e as jurisprudências dos Tribunais de Contas;
- Aplicar o conhecimento em políticas educacionais, conforme as características locais.

ÁREA DE ATUAÇÃO

Profissionais que atuam ou pretendem atuar com projetos na área pública, com foco em políticas públicas educacionais, permitindo a assessoria, suporte técnico e gestão de recursos públicos dedicados à educação básica pública.

PÚBLICO ALVO

A formação é dirigida a Professores, Diretores de Escolas, Secretários de educação e suas equipes técnicas, de assessoria e apoio na gestão de políticas públicas de educação; Gestores e Fiscais de Contratos de Secretarias de Educação; Equipes Técnicas de Assessoramento de Secretarias de Educação; Procuradores Jurídicos; Advogados; Profissionais de Controles Interno; e demais Agentes Públicos envolvidos no processo de aplicação de recursos públicos na educação básica pública, como integrantes de conselhos sociais, por exemplo.

DISCIPLINAS: MATRIZ CURRICULAR

A seguir são descritos na Matriz curricular os módulos e as unidades curriculares/disciplinas previstos e as respectivas cargas horárias.

Disciplina	CH Total
Contexto histórico sobre o financiamento da educação básica pública no Brasil	20 horas
Transferências Federais na Educação Básica pública: Salário-Educação, PDDE, PNATE e PNAE	20 horas
Planejamento Municipal voltado para Resultados	20 horas
As novas complementações do Fundeb: gestão dos recursos, promoção da equidade e o impacto do ICMS Educacional	20 horas
Ações de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino: segurança jurídica na aplicação dos recursos vinculados à educação	20 horas

Nova Lei de Licitações aplicada aos recursos vinculados à educação – Parte I	20 horas
Nova Lei de Licitações aplicada aos recursos vinculados à educação – Parte II	20 horas
Fiscalização eficiente de contratos administrativos na Educação	20 horas
Prestação de contas de políticas públicas de Educação aos órgãos de controle externo	20 horas
Censo Escolar: Construindo um laboratório estratégico na gestão da educação	20 horas
Aspectos da LDB sobre gestão administrativa e de pessoas na educação	20 horas
Conselhos Municipais de Educação: composições e atribuições	20 horas
Sistema Municipal de Ensino: desafios de planejamento e implementação	20 horas
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Educacionais	20 horas
Metodologia da pesquisa - TCC	60 horas
Carga horária Total	360 horas

CORPO DOCENTE

Você vai aprender com grandes referências do mercado

Conheça os professores que ministram e já ministraram aulas no curso.

Corpo docente de alto nível, com professores formados nas principais instituições de ensino do Brasil.

Cinara Lobo

Mestre em Ciência Política, Doutora em Sociologia, Pós-Doutora em Sociologia. Servidora efetiva do FNDE. Pesquisadora e Escritora.

Fernanda Fontes

Contadora e Mestre em Financiamento Educacional

Gilson Araújo

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Mestre em políticas públicas, Doutor em Políticas Públicas. Atualmente, Diretor de Fiscalizações Especializadas na área da Educação, no TCE-PI.

Leomir Araujo

Mestre em Administração Pública, especialista em gestão de riscos e em gestão de projetos. Servidor efetivo do FNDE, Coordenador do Fundeb entre 2020 e 2023. Pesquisador e Escritor.

Manoel Barbosa

Mestre em Financiamento da Educação Básica e Ex-Superintendente Executivo da SEDUC-GO.

Matricule-se

COMO VOCÊ VAI APRENDER

Metodologia de ensino exclusiva para você!

Aulas ao Vivo

As aulas são transmitidas ao vivo, através do Zoom, ferramenta de videoconferência. Você poderá tirar dúvidas com professores e interagir com colegas de turma em tempo real!

Apoio na organização dos estudos

A equipe de Sucesso do Aluno pode ajudar você a organizar sua rotina de estudos e equilibrar as demandas profissionais com as acadêmicas.

Horários Flexíveis

Não conseguiu participar da aula ao vivo? Sem problemas! As aulas do curso são gravadas e ficam disponíveis em nossa plataforma de ensino até o final do curso.

Acesso em qualquer dispositivo

O curso pode ser acessado em qualquer dispositivo (computador, tablet ou smartphone), a qualquer hora e em qualquer lugar. Estude no seu tempo!

Aprendizagem baseada em problemas

Nas aulas, você irá discutir casos jurídicos e problemas reais com professores com ampla experiência e prática profissional.

Temos uma equipe exclusiva dedicada ao seu sucesso!

Na FATEC temos uma Equipe de Sucesso do Aluno, com profissionais que vão auxiliar você a ter a melhor experiência de aprendizado e crescimento profissional durante a pós-graduação.



ESTRUTURA DO CURSO

Nome do Curso: Pós-graduação lato sensu em financiamento e gestão da educação básica pública

Carga Horária: 360 horas

Duração: 12 meses

Modalidade: Modular

Quantidade de alunos:

- Mínimo: 25
- Máximo: 40

Dias da semana: Terças e Quintas

Horários de funcionamento: 19:00 às 21:45 h

Período: Noturno.

Matrículas: Mediante demanda.

Início: 04/2024

Término: 03/2025

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ALUNO DO CURSO

Processo de avaliação do desempenho do aluno do curso, supracitado no item 4, será por meio de situações de aprendizagens desafiadoras, como Situações-Problema, Projetos, Pesquisa e Estudos de Casos.

As avaliações serão feitas por meio de notas conforme a tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Notas e conceitos.

NOTAS	CONCEITO	SITUAÇÃO
0,0 a 5,9	INSUFICIENTE	Reprovado
6,0 a 6,9	D	Recuperação
7,0 a 7,9	C	Aprovação
8,0 a 8,9	B	Aprovação
9,0 a 10,0	A	Aprovação

A nota média final mínima será de sete (7,0) equivalente ao conceito C, conforme a tabela 1, em todas as disciplinas. Cada uma delas contará com aplicação de situações de aprendizagens e/ou elaboração de trabalhos (individuais ou em grupo), a critério de cada docente, bem como proposição de exercícios.

FREQUÊNCIA

Frequência mínima será de 75% em todas as disciplinas, conforme o regimento interno da Faculdade e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei 9.394, de 1996), controlada por meio de diários.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Ao final de cada disciplina será solicitada aos discentes uma avaliação do docente que ministrou os conteúdos, e, ao final do curso, solicita-se uma avaliação geral, incluindo: Coordenação, Infraestrutura física, Atendimento, Biblioteca, entre outros itens. O sistema de avaliação interna utilizado pelo programa de Pós-Graduação segue os moldes utilizados nos Cursos de Graduação, em adesão ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.



FORMATO FLEXÍVEL

para atender as necessidades de profissionais com escassez de tempo.

- Aulas ao vivo quinzenalmente**
Aulas são transmitidas ao vivo, pelo Zoom, quinzenalmente* (terças e quintas-feiras).
* sujeito a alteração do calendário letivo durante o ano
- Gravação das aulas**
Todas as aulas são gravadas para facilitar a revisão do conteúdo e garantir flexibilidade nos horários de acesso.
- Prazo de Conclusão do Curso**
12 meses (mínimo).

Trabalho de Conclusão de Curso

O projeto final do curso é optativo e pode ser realizado em três formatos:

- PROJETO APLICADO
- ARTIGO CIENTÍFICO
- MONOGRAFIA

O projeto é apresentado para uma banca examinadora online, composta por professores do IDP. O estudante recebe orientação de um professor durante o desenvolvimento do TCC. Os melhores projetos são publicados em um livro eletrônico do IDP.

Avaliação Final do Curso (AFC)

Caso o estudante não queira fazer o TCC, há a possibilidade de realizar Avaliação Final do Curso (AFC) é uma avaliação online e síncrona, composta por questões dissertativas acerca dos principais conteúdos abordados durante o curso, a ser realizada em data previamente divulgado. Há uma disciplina para apoiar a revisão dos estudos para realização da AFC.

EMENTA DAS DISCIPLINAS

Disciplina: Contexto histórico sobre o financiamento da educação básica pública no Brasil		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		
Este módulo examina em profundidade o contexto histórico que explica e justifica a evolução da política de financiamento da educação básica pública no Brasil. Discutiremos os aspectos decisórios e os impactos das reformulações, para melhor compreender o modelo atual e propor ajustes e estratégias locais.		

Disciplina: Transferências Federais na Educação Básica pública: Salário-Educação, PDDE, PNATE e PNAE		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		
Este módulo explora os conceitos, finalidades e aplicações de cada transferência federal. Analisaremos os desafios e oportunidades que cada política proporciona à gestão municipal, de modo a aperfeiçoar a sua aplicação em âmbito local.		

Disciplina: Planejamento Municipal voltado para Resultados		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		
Este módulo examina em profundidade a gestão pública orientada para resultados, incluindo a definição de metas, a medição de desempenho, a avaliação e a responsabilização. Discutiremos as formas de aplicar a gestão orientada para resultados para melhorar a eficiência e eficácia do setor público, com foco especial na utilização de dados para a tomada de decisões informadas.		

Disciplina: As novas complementações do Fundeb: gestão dos recursos, promoção da equidade e o impacto do ICMS Educacional		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		
Este módulo explora os requisitos e a aplicabilidade dos recursos de cada complementação do Fundeb. Analisaremos os meios de melhor atender à expectativa da sociedade, por meio dos recursos disponíveis. Ademais, abordaremos como esses devem ser aplicados e prestados conta, inclusive na perspectiva dos órgãos de controle.		

Disciplina: Ações de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino: segurança jurídica na aplicação dos recursos vinculados à educação		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		
Nesta disciplina, os cursistas aprenderão sobre teorias e práticas alinhadas ao conceito normativo sobre ações de manutenção e desenvolvimento de ensino. Também examinaremos estratégias para a motivação e o enquadramento de iniciativas na área da educação, conforme as diretrizes e jurisprudência dos Tribunais de Contas.		

Disciplina: Nova Lei de Licitações aplicada aos recursos vinculados à educação – Parte I		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		

Nesta disciplina, os cursistas conhecerão os conceitos e os procedimentos para contratações públicas para a educação. Ainda, analisaremos estratégias práticas para tornar métodos de contratação transparentes, assertivos e ágeis.

Disciplina: Nova Lei de Licitações aplicada aos recursos vinculados à educação – Parte II		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		
Aqui, serão aprofundadas técnicas de planejamento e aplicação de contratações e compras públicas. Isto inclui a elaboração de documentos e boas práticas, conforme os órgãos de controle nas compras governamentais.		

Disciplina: Fiscalização eficiente de contratos administrativos na Educação		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		
Este módulo prático permite que os cursistas apliquem seus conhecimentos teóricos fiscalização de contratos administrativos. Exploraremos técnicas de abordagem em casos específicos de soluções educacionais. A ideia é proporcionar uma experiência realista de como o trabalho pode ser seguro e efetivo, desde análise de contratos rotineiros e simples até outros com maior grau de complexidade e risco.		

Disciplina: Prestação de contas de políticas públicas de Educação aos órgãos de controle externo		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----

EMENTA
<p>Este módulo permite que os alunos apliquem seus conhecimentos teóricos em financiamento da educação básica pública e sua aplicação na prestação de contas de políticas específicas. Exploraremos boas práticas para que a execução se materialize em boa apresentação de dados e demonstrativo suficiente da boa e regular aplicação de cada recurso destinado à educação básica pública.</p>

Disciplina: Censo Escolar: Construindo um laboratório estratégico na gestão da educação		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		
<p>Esta disciplina investiga como a compreensão do funcionamento do censo escolar permite o desenvolvimento de estratégias e planos de ação para evitar perdas de recursos financeiros para a educação básica, busca ativa do alunado e proposição de atividades de contraturno ou escola em tempo integral.</p>		

Disciplina: Aspectos da LDB sobre gestão administrativa e de pessoas na educação		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		
<p>Esta disciplina oferece uma análise aprofundada da fundamentação legal e diretrizes para a gestão administrativa e de pessoas nas redes de ensino. Ademais, propicia-se a discussão de propostas de iniciativas que envolvam a melhor alocação e capacitação de profissionais da educação básica, bem como incentivos por meio de revisão de planos de carreira.</p>		

Disciplina: Conselhos Municipais de Educação: composições e atribuições		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		
<p>A disciplina tem como objetivo fornecer aos participantes um panorama abrangente sobre o controle social em políticas públicas de educação, abordando seus fundamentos, os principais aspectos relacionados ao acompanhamento, fiscalização e prestação de contas. Serão explorados os principais conceitos, legislações e fundamentos que norteiam boas práticas que tornem efetiva a ação do controle social em políticas educacionais.</p>		

Disciplina: Sistema Municipal de Ensino: desafios de planejamento e implementação		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		
<p>Esta disciplina visa proporcionar aos participantes uma análise abrangente sobre o panorama atual e as perspectivas para o futuro do Sistema Municipal de Ensino. Serão abordados temas relacionados à estrutura do sistema, às políticas de regulação e aos desafios do financiamento deste modelo de estrutura de política pública. A disciplina busca fomentar reflexões sobre o papel das instituições de educação básica, o acesso à educação de qualidade e as estratégias para fortalecer o desenvolvimento acadêmico no país, considerando também a inclusão, diversidade e equidade.</p>		

Disciplina: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Educacionais		
Carga horária total: 20 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: -----
EMENTA		

Esta disciplina foca no uso de técnicas de monitoramento e avaliação nas políticas públicas. Discutiremos como selecionar indicadores, coletar e analisar dados e avaliar a efetividade das políticas, para melhor orientar o processo de tomada de decisão.

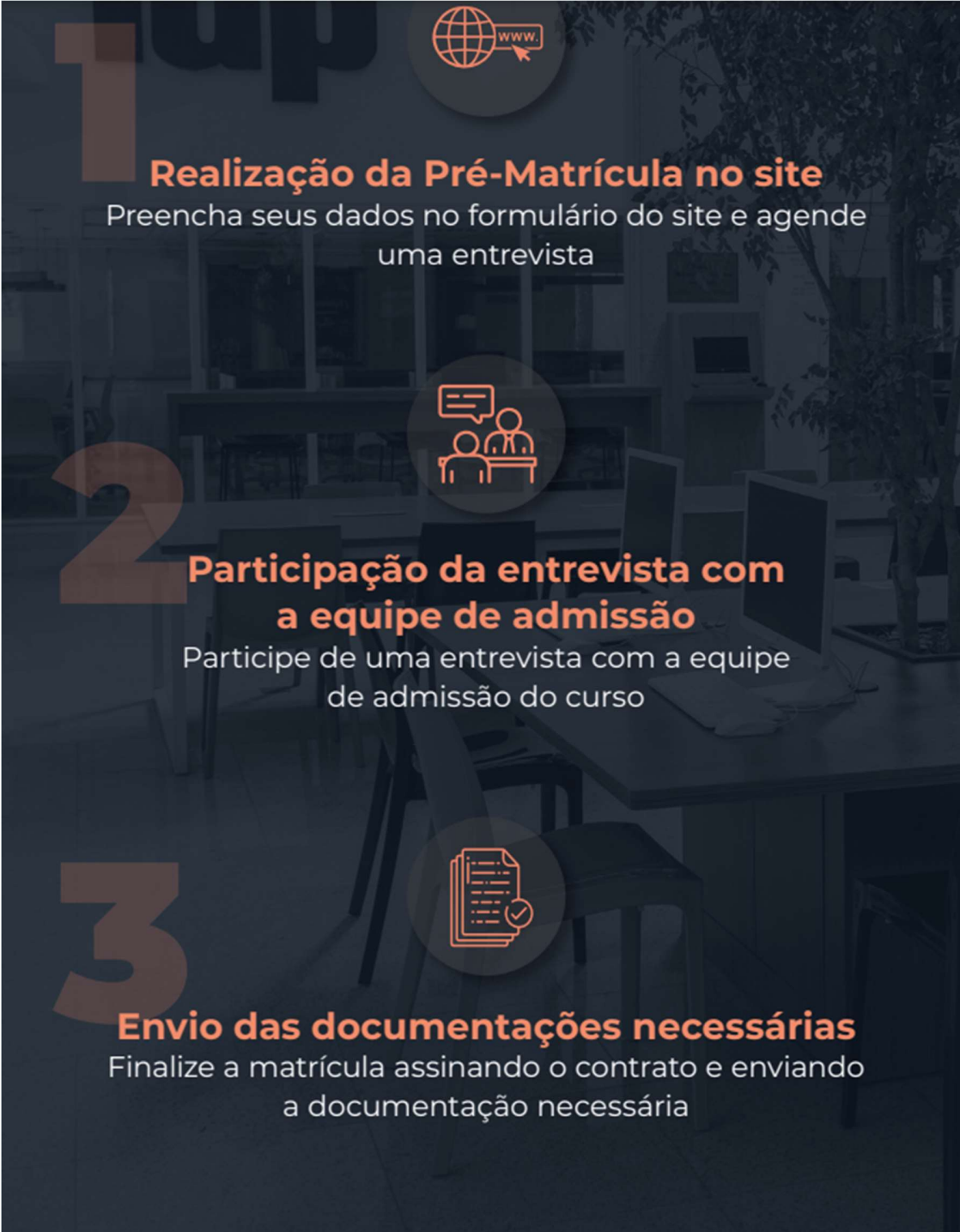
Disciplina: Metodologia da pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso		
Carga horária total: 60 horas	CH Teórica: 20 horas	CH Prática: 40 horas
EMENTA		
<p>Exploraremos os principais métodos de pesquisa, de forma prática e direcionada à proposta multivariada de trabalhos de conclusão de curso. Analisaremos técnicas e métodos que potencializem a experiência e o interesse de pesquisa dos cursistas, em prol de uma produção científica sólida, criteriosa e relevante para a comunidade acadêmica, sem desconsiderar o interesse da sociedade em geral.</p>		

PRÉ-REQUISITOS PARA INGRESSO

Segundo a Resolução Nº 1 de 6 de abril de 2018, para ingresso no Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em **Financiamento e Gestão da Educação Básica Pública**, é pré-requisito, a apresentação do diploma e histórico escolar da graduação do candidato.

As inscrições e as matrículas serão efetuadas conforme cronograma estabelecido pela Faculdade, atendendo os requisitos de acesso e nos termos regimentais.

PROCESSO SELETIVO



1 **Realização da Pré-Matrícula no site**
Preencha seus dados no formulário do site e agende uma entrevista

2 **Participação da entrevista com a equipe de admissão**
Participe de uma entrevista com a equipe de admissão do curso

3 **Envio das documentações necessárias**
Finalize a matrícula assinando o contrato e enviando a documentação necessária

Matricule-se

Documentos para matrícula:

- Diploma ou Declaração de Conclusão de Curso de Graduação*
- Histórico escolar da graduação
- Carteira de identidade (RG) -Não é aceito a CNH
- CPF
- Comprovante de endereço

*Caso ainda não tenha sido emitido o diploma, aceitaremos documentos temporários como a Declaração de conclusão. Esta última deverá conter a informação da data de conclusão do curso e a colação de grau.

O norteador de toda a ação pedagógica são as informações trazidas pelo mundo do trabalho, em termos das competências requeridas pela área da **Educação ou de Gestão Pública**, numa visão atual e prospectiva, bem como no contexto de trabalho em que esse profissional especialista se insere, situando seu âmbito de atuação.

A organização curricular proposta para o desenvolvimento deste curso é composta pela integração de 16 módulos, assumindo como caráter de pré-requisito para o prosseguimento dos estudos a aprovação dos mesmos, complementando à habilitação da Especialização em Financiamento e Gestão da Educação Básica Pública, 360 horas.

As unidades curriculares/disciplinas dos módulos permitem desenvolver as competências específicas (capacidades técnicas) e as competências de gestão (capacidades sociais, organizativas e metodológicas) definidas a partir da análise das competências profissionais estabelecidas para fornecer um sólido embasamento teórico sobre financiamento da educação básica pública e sua execução em políticas públicas.

Para tanto, as aulas devem ser ministradas por meio de situações de aprendizagens desafiadoras, como Situações-Problema, Projetos, Pesquisa e Estudos de Casos que levem em conta os resultados profissionais esperados no mundo do trabalho.

Além disso, utilizamos abordagens de ensino inovadoras, incluindo estudos de caso, simulações, debates e discussões interativas em sala de aula. Acreditamos que a aprendizagem prática é essencial para a compreensão profunda do ensino.

É incrível poder fazer parte de uma comunidade dinâmica de alunos, professores e profissionais da área. Essa rede é especializada e oferece oportunidades de networking valiosas, que podem impactar positivamente a sua carreira.

INVESTIMENTO

(Exemplo de leiaute)



À vista

Total: R\$ 3.818,95

8x de R\$ 524,58* ● Total: R\$ 4.196,64*

12x de R\$ 388,58* ● Total: R\$ 4.662,93*

16x de R\$ 427,44* ● Total: R\$ 6.838,96*

*** Considerando o desconto de 20% para as matrículas realizadas até 01/03/2024 e mantida a mensalidade paga pontualmente.**

Matricule-se